

## LUGAR DE BRINCAR: AVALIAÇÃO DOS PARQUINHOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS DE PELOTAS (RS) AO LONGO DE UMA DÉCADA

ANA VITÓRIA SILVA SILVA<sup>1</sup>; MATHEUS DE LIMA WEEGE<sup>2</sup>; VIVIAN HERNANDEZ BOTELHO<sup>3</sup>; WERNER DE ANDRADE MULLER<sup>4</sup>; INÁCIO CROCHMORE-SILVA<sup>5</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – vitoriaaanasilva@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – matheusdelimaweege@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas – vivianhbotelho@gmail.com*

<sup>4</sup>*Universidade Federal de Pelotas – werneramuller@gmail.com*

<sup>5</sup>*Universidade Federal de Pelotas – inacio\_cms@yahoo.com.br*

### 1. INTRODUÇÃO

A prática de atividade física (AF) é considerada essencial para o crescimento e desenvolvimento saudável na infância. Entre seus benefícios, são destacados os efeitos positivos para a saúde mental e emocional, qualidade do sono, desenvolvimento dos ossos e músculos, além da melhora da coordenação motora, funções cognitivas e prontidão para o aprendizado (BRASIL, 2021). Contudo, evidências mostram que desigualdades na prática de AF se manifestam desde os primeiros anos de vida (KEYE et al., 2025) e também na adolescência (FERREIRA et al., 2018), indicando padrões de disparidades de acesso.

A saúde das crianças também é influenciada pelo ambiente em que estão inseridas desde suas primeiras vivências, sendo o brincar indispensável para o desenvolvimento infantil (WALLERICH et al., 2024). No Brasil, evidências apontam que a existência de espaços públicos bem equipados está diretamente associada ao aumento da AF no lazer e no deslocamento diário, sendo que morar próximo a parques e espaços de lazer incentiva práticas ao ar livre (WALLERICH et al., 2024). Além disso, a presença de áreas verdes e parquinhos próximo à residência das crianças se relaciona a maior mobilidade independente, mais tempo de brincadeira ao ar livre, melhores habilidades motoras e menores riscos de doenças ligadas à inatividade física (WALLERICH et al., 2024; PADIAL-RUZ et al., 2021).

No entanto, espaços urbanos marcados por precariedades tendem a ser menos frequentados, prejudicando as práticas corporais da população situada nessas regiões. Um estudo realizado em Florianópolis evidenciou que comunidades ou bairros com menor nível socioeconômico tinham menor probabilidade de dispor de parques ou estruturas de AF, visto que apresentaram estruturas de lazer e de AF em menor quantidade, além de qualidade inferior desses espaços, quando comparados aos bairros de maior renda (MANTA, 2017). Em Pelotas, a análise de Weege (2024) revelou que a distribuição dos espaços públicos abertos (EPA) era maior em setores de maior renda e menor em setores de maior densidade populacional. Contudo, ainda não existem dados sistematizados sobre a disponibilidade de parquinhos no município, lacuna importante para compreender a distribuição dessas estruturas e seus potenciais impactos sobre o brincar, o desenvolvimento infantil e os níveis de AF das crianças. Assim, o monitoramento desses espaços é fundamental para assegurar qualidade, equidade e acesso ao lazer infantil, favorecendo a prática de AF. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo descrever a existência e a

qualidade de parquinhos nos EPA de Pelotas, em um período de aproximadamente uma década.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo longitudinal descritivo, com abordagem quantitativa. É um recorte de dados produzidos de uma dissertação intitulada “Características dos espaços públicos de lazer em Pelotas (RS): mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividade física ao longo de uma década” (WEEGE, 2024).

A avaliação dos EPA existentes na zona urbana do município de Pelotas foi realizada em uma primeira coleta dos dados entre junho e julho de 2012 e uma segunda coleta de dados entre outubro de 2023 e janeiro de 2024 (WEEGE, 2024). Em ambas as coletas, a localização dos EPA foi fornecida pela Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana, da Prefeitura Municipal de Pelotas, a partir da informação das áreas verdes do município. Uma auditagem foi realizada para caracterizar as áreas verdes em EPA, classificados como parques, praças e canteiros utilizáveis. As demais áreas, consideradas não avaliables, incluíram canteiros não utilizáveis pela população ou áreas que estivessem ocupadas ou inacessíveis (WEEGE, 2024).

Para a avaliação foi utilizada a versão adaptada do instrumento *Physical Activity Resource Assessment* (LEE et al., 2005), composto por itens referentes à classificação do tipo de espaço, quantidade e qualidade das estruturas para a prática de AF, entre outras características. Para avaliação da qualidade e adequação dos parquinhos se utilizou um escore de 0 a 3, sendo compreendido como: **0 – Não existe**; **1 – Ruim**: “A maioria dos brinquedos (30 a 100%) não está em condições de uso. A superfície do local é irregular e/ou possui buracos. Existem entulhos e/ou sujeiras no local”; **2 – Médio**: “Boa parte dos brinquedos (de 31% a 89%) está em condições de uso (não está sujo, quebrado, enferrujado). A superfície do local não possui buracos e/ou desníveis. O local está limpo e sem entulhos”; **3 – Bom**: Quase todos (de 90 a 100%) os brinquedos estão em condições de uso. A superfície do local não possui buracos e/ou desníveis. O local está limpo e sem entulhos.

A avaliação foi realizada por uma equipe de auxiliares de pesquisa que participaram de um treinamento teórico-prático. Foi realizado um estudo piloto em EPA previamente selecionados. Um controle de qualidade foi realizado em 10% dos espaços avaliados e, em casos de inconsistências, uma reavaliação foi realizada.

Os resultados estão descritos em frequências absolutas e relativas dos EPA, estratificados para parques/práças e canteiros utilizáveis, de acordo com o ano de avaliação. Os dados foram analisados no programa estatístico Stata 17.0 (*StataCorp*).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas 700 áreas verdes em 2012 e 1157 em 2023. Destas áreas, 65,0% (2012) e 71,0% (2023) foram classificadas como canteiros não utilizáveis. Em relação a EPA classificados como praças e parques foi observado um aumento de aproximadamente 75,4%, passando de 118 praças e parques em 2012 para 207 praças e parques em 2023. Além disso, 127 EPA foram classificados como canteiros utilizáveis em 2012. Já na avaliação de 2023, 128 espaços foram identificados e avaliados como canteiros utilizáveis.

A presença de parquinhos, em praças e parques, foi observada em ambos os momentos de avaliação, passando de 51 (43,2%) em 2012 para 124 (60,2%) em 2023. Nos canteiros utilizáveis, também foi observado um aumento da presença de parquinhos, sendo 7 (5,5%) em 2012 e 19 (14,8%) em 2023.

Quando observado a qualidade dos parquinhos, na avaliação realizada em 2012, a maioria dos parquinhos (55,2%) obtiveram uma boa qualidade em relação à sua estrutura, no entanto, em 2023, foi observada uma diminuição desse percentual para 46,9%. Entretanto, em relação a quantidade, parquinhos com qualidade média (n=10 em 2012 e n=45 em 2023) e qualidade boa (n=32 em 2012 e n=67 em 2023) aumentaram no período avaliado.

Esses resultados dialogam com outros estudos brasileiros. Na cidade de Assis (SP), o estudo de Meloni e Marin (2021) mapeou os espaços públicos de brincar (n=54) e mostraram como a oferta de áreas verdes e brinquedos não corresponde igualmente às expectativas e necessidades das crianças. Os autores destacaram que 46% desses espaços não eram usados pelas crianças, devido a poucos brinquedos e fatores de risco de uso, revelando a necessidade de manutenção, segurança e qualidade desses locais. Em Juiz de Fora (MG), o estudo de Alberto et al. (2024) analisou todas as praças do município (n=95), avaliando a disponibilidade e qualidade dos parquinhos. Os resultados mostraram que 60% das praças possuíam parquinhos, e apenas 43% dos equipamentos de recreação infantil atenderam aos critérios de segurança.

Os espaços públicos abertos são uma das principais intervenções ambientais para promoção da saúde das crianças. Estudos apontam que o ambiente construído e social dos bairros influencia diretamente fatores como obesidade, desenvolvimento motor, saúde mental e prática de AF infantil, demonstrando que parques e praças podem ser instrumentos de saúde pública, possibilitando um acesso equitativo à saúde, pois o brincar é fundamental e acima de tudo um direito (DANIELS et al., 2021; WALLERICH et al., 2024; PADIAL-RUZ et al., 2021).

#### 4. CONCLUSÕES

O presente estudo descreve a existência e qualidade dos parquinhos nos EPA de Pelotas. Embora tenha-se observado um aumento na presença de parquinhos nos EPA avaliados ao longo de uma década no município, também houve uma diminuição da qualidade dos parquinhos. Quando observada a qualidade dos parquinhos em números absolutos, parquinhos com qualidade média e boa obtiveram um aumento entre 2012 e 2023. Contudo, apesar do aumento, a proporção de estruturas de qualidade boa não expandiu de modo equivalente, indicando que apenas o crescimento em quantidade, não assegura a qualidade dos espaços infantis.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTO, K. C. As crianças estão nas praças? um estudo exploratório sobre o uso de playgrounds em praças urbanas. **PARC**, v. 15, p. e024016-e024016, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Atividade Física para a População Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_atividade\\_fisica\\_populacao\\_brasileira.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf). Acesso em: 27 ago. 2025.
- DANIELS, K. M.; SCHINASI, L. H.; AUCHINCLOSS, A. H.; FORREST, C. B.; DIEZ ROUX, A. V. O ambiente construído e social da vizinhança e a obesidade infantil: uma revisão sistemática de estudos longitudinais. **Prev. Med.**, v. 153, p. 106790, 2021. DOI: 10.1016/j.ypmed.2021.106790.
- FERREIRA, R. W.; VARELA, A. R.; MONTEIRO, L. Z.; HÄFELE, C. A.; SANTOS, S. J. dos; WENDT, A.; SILVA, I. C. M. Desigualdades sociodemográficas na prática de atividade física de lazer e deslocamento ativo para a escola em adolescentes: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (*PeNSE* 2009, 2012 e 2015). **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, e00037917, 2018.
- KEYE, S. A.; HALLAL, P. C.; CROCHMORE-SILVA, I.; DOMINGUES, M. R.; LEITE, G. S.; LEÃO, O. A. de A.. Physical activity and BMI inequalities throughout childhood: a Brazilian birth cohort study. **Lancet Reg Health Am**, v. 46, p. 101111, 2025.
- LEE, Rebecca E. et al. The Physical Activity Resource Assessment (PARA) instrument: evaluating features, amenities and incivilities of physical activity resources in urban neighborhoods. **IJBNPA**, v. 2, n. 1, p. 13, 2005.
- MANTA, S. W. Espaços públicos e estruturas para atividade física no lazer em Florianópolis: distribuição, qualidade e associação com a renda socioeconômica dos setores censitários. 2017. 155 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- WEEGE, M.L. Características dos espaços públicos de lazer de Pelotas (RS): mudanças na distribuição, qualidade e adequação para práticas corporais e atividades físicas ao longo de uma década. 2023 60f. Projeto de Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.
- MELONI, A.; MARIN, F. A. D. G. A cidade e o brincar: análise de espaços públicos de brincar de Assis-SP. **Geousp**, v. 25, n. 1, p. 1-18, e-170767, 2021.
- PADIAL-RUZ, R.; PUGA-GONZÁLEZ, M. E.; CÉSPEDES-JIMÉNEZ, Á.; CABELLO-MANRIQUE, D. Fatores determinantes no uso de parques urbanos que influenciam a prática de atividade física em crianças: uma revisão sistemática. **IJERPH**, v. 18, n. 7, p. 3648, 2021.
- SILVA, M. A. L. da; BEZERRA, A. C. V.; SILVA, C. E. M. da. Parques urbanos e (in)justiças socioespaciais na cidade do Recife: um estudo comparativo entre os parques da Jaqueira e da Macaxeira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 20., 2023, Belém, 2023.
- WALLERICH, L.; SIMOS, J.; CAMBON, L. Modificando o planejamento urbano para promover a saúde infantil: uma revisão de escopo das revisões. **Health Promoti Perspect**, v. 14, n. 4, p. 319-335., 2024.